

Agendas Ambientais



Ao criar a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, o governo estadual torna mais eficaz a ação conjunta de propostas que levam em conta a interdependência entre o processo de desenvolvimento econômico e social e a questão ambiental, estabelecendo critérios que devem sustentar a ação governamental, voltada para a melhoria da qualidade de vida da população, a partir da preservação e recuperação de recursos naturais e do fomento ao desenvolvimento econômico sustentável.

Nesta perspectiva, a SEMARH formula e executa a política estadual de meio ambiente, visando a aperfeiçoar as políticas, a legislação e a inovação nas áreas ambiental e de recursos hídricos, e realizar ações de educação ambiental, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, através da coordenação das ações da Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação (SFC), da Superintendência de Políticas Ambientais (SPA), do Centro de Recursos Ambientais (CRA), da Companhia de Engenharia Rural da Bahia (Cerb) e da Superintendência de Recursos Hídricos (SRH).

Desenvolvimento Florestal – Proteção e Educação para Conservação Ambiental

Desenvolvimento Florestal

A política de desenvolvimento florestal do Estado vem implementando ações de recomposição de matas ciliares, integração de florestas ao agronegócio e distribuição de mudas de essências florestais nativas, exóticas e frutíferas. Foram produzidas e plantadas, com extensão florestal, 1.240 mil mudas para os biomas Mata Atlântica e Cerrado. Na área do complexo industrial Ford, foram plantadas 440 mil mudas de espécies nativas e exóticas, com previsão de produção e distribuição de 3.950 mil mudas de essências variadas para as regiões do Planalto de Conquista, Bacia do Rio São Francisco e Alto Curso da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru, nas margens do Rio Aipim.

Por outro lado, o Programa Florestas para o Futuro, através de convênios com prefeituras municipais e organizações não governamentais, implantou viveiros regionais destinados à produção de mudas de essências florestais nativas e frutíferas, voltadas à recuperação de nascentes e matas ciliares, bem como de bosques produtivos. O investimento estimado para esta ação foi de R\$ 240 mil para implantação de 20 unidades.

Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, iniciaram-se as atividades do Projeto Pronaf-Florestal, com o replantio de florestas produtivas, beneficiando 600 famílias de pequenos produtores rurais em 20 municípios do Recôncavo Sul, com investimento de R\$ 800 mil.

O projeto de Monitoramento da Cobertura Vegetal do Estado da Bahia objetiva proporcionar, em curto e médio prazo, mecanismos mais eficazes nas ações de fiscalização e controle, elaboração de levantamentos florestais, adoção de manejos adequados para o uso do solo, prevenção e combate a incêndios florestais, na elaboração de projetos de pesquisa e de recomposição ambiental e na montagem de modernos programas de educação ambiental.

Entre as ações desenvolvidas estão a capacitação da equipe técnica do Laboratório de Geoprocessamento, através do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe, para a atualização das cartas de vegetação em formato digital, com a utilização do Spring, um programa que lê as imagens de satélite; a elaboração do banco de dados de vegeta-

ção por unidades de conservação e por região econômica; o estudo para elaboração da nova poligonal do Parque Estadual da Serra do Conduru; a elaboração de mapas da cobertura vegetal dos municípios da região econômica da Chapada Diamantina; e a elaboração do mapa da cobertura vegetal do alto curso da Bacia do Rio Paraguaçu, para subsidiar as ações do projeto Nascentes do Paraguaçu, integrante do Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II.

Na área de controle e fiscalização florestal foi implementado o projeto Corredores Ecológicos da Mata Atlântica, que pretende coibir o desmate, o desdobramento e o transporte de produtos e sub-produtos da floresta, bem como qualquer atividade degradadora da vegetação remanescente da Mata Atlântica. A primeira etapa de fiscalização contou com a participação direta do Ibama, CRA, SFC, Companhia de Polícia de Proteção Ambiental – Coppa, além das Polícias Federal, Civil e Militar, que fecharam o cerco às atividades ilegais, em operação planejada nos 32 municípios da região Baixo Sul da Bahia, tendo como resultado centenas de metros cúbicos de madeira apreendida e dezenas de serrarias clandestinas lacradas e interditadas.

Durante o exercício de 2003 foram identificadas 20.000 empresas que têm como atividade principal o uso, consumo, beneficiamento e desdobramento de material florestal, tendo sido realizados 42 cadastros, efetuada a fiscalização de 1.050 outras empresas, emitidas 126 autorizações, entre uso alternativo do solo, manejo florestal e comprovação de regularidade fiscal, estando ainda em curso outros 307 processos. Também foram atendidas as solicitações do Ministério Público para verificação de infrações, através de dez ações de fiscalização e quatro ações de inspeção.

Educação Ambiental

A SEMARH, através da Superintendência de Políticas Ambientais – SPA, iniciou ações para implementação da educação ambiental no ensino formal, nos municípios da Bacia do Rio São Francisco, em parceria com o Ministério Público e a SEC, e desenvolveu ações de educação ambiental em articulação com a preparação da Conferência de Meio Ambiente, convocada pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ibama. O governo estadual assumiu uma estreita parceria com o Ibama para a condução do processo na Bahia, participando ativamente das discussões e eventos realizados em 12 regiões do Estado, culminados com a Conferência Estadual de Meio Ambiente.

Através da Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação – SFC, foram realizadas palestras com 150 professores da rede municipal e estadual de educação do município de Wenceslau Guimarães, dentro da série de atividades de capacitação do corpo docente em educação ambiental, para o projeto de revitalização da Estação Ecológica. O Projeto SFC na Escola – Semeando o Futuro, promoveu palestras junto ao corpo docente das escolas do município de Morro do Chapéu.

Alunos das escolas municipais recebem noções de educação ambiental



Com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de preservar e conservar os recursos da fauna, o Jardim Zoológico de Salvador desenvolveu um programa de educação ambiental voltado às escolas de ensino regular da rede pública e privada, instituições especiais de ensino e empresas. Foram realizados, ainda, oito seminários regionais com o objetivo de estimular a integração da floresta aos agronegócios e às cadeias produtivas, nos municípios de Salvador, Vitória da Conquista, Caetitê, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória, Serra Dourada e Luís Eduardo Magalhães.

Gestão de Áreas de Proteção Ambiental e Outras Unidades de Conservação

A Bahia possui 28 Áreas de Proteção Ambiental – APAs, protegendo significativas áreas de cerrado, caatinga, mata atlântica, ecótonos, ambientes costeiros e lacustres, mangues, ilhas e ambientes marinhos. Para consolidar uma gestão efetiva das APAs, foram desenvolvidas estratégias como formação de conselho gestor, produção de diagnóstico ambiental, elaboração de zoneamento ecológico econômico, plano de manejo, convênio de co-gestão para fomento a projetos sustentáveis, formação de parcerias e programas de comunicação, entre outras.

Foram concluídas as ações para a criação das APAs Plataforma Continental do Litoral Norte e Caminhos Ecológicos da Boa Esperança; a implementação dos Conselhos Gestores das APAs do Pratigi e Pedra do Cavalo; a conclusão do Diagnóstico Ambiental da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu; a ampliação das APAs Costa de Itacaré, Serra Grande e Lagoa Encantada, e a adequação de projetos de implantação das APAs Coroa Vermelha e Caraíva/Trancoso para o Prodetur II, o que possibilitou a aprovação de vários projetos, com um aporte total de recursos da ordem de US\$ 583.000. Nestes projetos estão programadas a construção de infra-estrutura física das APAs, a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, a revisão do zoneamento ecológico-econômico, a realização de programas de educação ambiental, a capacitação em ecoturismo para guias e a implantação de viveiro em cada uma delas.



As APAs são fundamentais no âmbito das políticas públicas do governo de desenvolvimento sustentável e preservação dos recursos naturais

Defesa e Promoção da Biodiversidade

Proteção da Biodiversidade

Para reverter a acelerada perda da biodiversidade e proteger os recursos naturais, as ações de proteção à biodiversidade foram concentradas no fortalecimento das parcerias locais a partir da mobilização para formação do Conselho Gestor das Unidades de Conservação, através do estabelecimento de convênio de cooperação técnica-financeira com o poder municipal e ONGs e, com o apoio do Ministério Público, para a adequada administração e manejo das Unidades de Conservação.



O governo concluiu a obra de reforma da sede da Área de Relevante Interesse Ecológico da Serra do Orobó, em Ruy Barbosa

mobilização de proprietários e posseiros para redefinição da poligonal do parque e emissão de decreto de desapropriação; o levantamento das potencialidades da fazenda Triunfo/Esplanada e da poligonal através do uso do GPS diferencial, aparelho que localiza as coordenadas geográficas, objetivando a criação de uma Reserva Particular de Proteção Natural – Rppn; a conclusão dos estudos para ampliação da área da Estação Ecológica Estadual de Wenceslau Guimarães e do Parque Estadual da Serra do Conduru, além do levantamento das potencialidades das fazendas São João/São José em Formosa do Rio Preto, demarcando seus limites para a criação de uma Unidade de Conservação.

As principais ações desenvolvidas foram a reforma da sede da Área de Relevante Interesse Ecológico – Arie, da Serra do Orobó, em Ruy Barbosa; o reconhecimento do Parque Estadual de Sete Passagens – Pesp, como Unidade de Conservação Modelo, na região do Piemonte da Chapada, por ter cumprido os objetivos de conservação dos recursos naturais, aliados a práticas ecoturísticas monitoradas; a retomada dos trabalhos para desapropriação e indenização de áreas no Parque Estadual da Serra do Conduru, com a análise dos laudos fundiários dos imóveis e a

Licenciamento, Fiscalização e Avaliação da Qualidade Ambiental

Legislação

A Bahia se destaca no plano nacional pelo modelo de gestão ambiental implantado e avança com a reformulação de sua legislação, integrando em um único diploma legal as áreas ambientais, recursos hídricos e florestais, a fim de aperfeiçoar a eficiência das ações dos órgãos.

O processo de reformulação da legislação está sendo gerido pela SEMARH, através da Superintendência de Políticas Ambientais – SPA, que vem desenvolvendo trabalhos de apoio técnico e operacional às ações voltadas ao fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, incluindo a coordenação do Seminário Reúso de Águas Residuárias na América Latina e a realização do curso de formação de técnicos em Reúso de Água, com vistas à elaboração de projeto piloto para instalação de um Pólo de Reúso de Águas no Estado.

Foi instituído o Núcleo de Apoio a Projetos de Mudanças Climáticas e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL. Foi também elaborado o planejamento e foram discutidas com a população local as ações do Projeto de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Entorno do Lago de Sobradinho, que objetiva atender as demandas sociais, ambientais, econômicas e culturais, levando em conta as vocações locais, com atenção ao ecossistema, permitindo a construção de processos sustentáveis de desenvolvimento.

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é um dos instrumentos da política estadual de recursos ambientais e tem como base a análise prévia de projetos específicos, levando em consideração os objetivos, os critérios e as normas para conservação, preservação, defesa e melhoria do meio ambiente. O Centro de Recursos Ambientais – CRA, aprovou um total de 1.322 processos, destacando-se 801 licenças simplificadas. O Conselho Estadual de Meio Ambiente – Cepam, por seu turno, aprovou 133 processos de licenciamento, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico baiano.

Fiscalização Ambiental

O CRA, órgão responsável pela fiscalização dos recursos naturais do Estado, ampliou suas ações de fiscalização ambiental e atendimentos emergenciais. Foram realizadas 962 inspeções técnicas, resultando em 92 multas, 247 notificações, 242 advertências, 14 apreensões e 35 embargos de empresas. Foram realizados 98 atendimentos emergenciais, além de atendidas 437 demandas judiciais.

Avaliação da Qualidade Ambiental

A avaliação da qualidade dos recursos hídricos foi intensificada mediante o aditivo de prazo ao convênio celebrado entre o governo estadual e o Ministério do Meio Ambiente, através do Programa Nacional de Meio Ambiente – PNMA II, que possibilitou a execução do Projeto Melhoria do Sistema de Monitoramento da Qualidade das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu para o seu Efetivo Instrumento de Controle Ambiental.

Até novembro de 2003, o monitoramento foi realizado nas bacias hidrográficas dos rios Pardo, Imbassaí, Paraguaçu e Joanes, na Represa do Cobre, no Dique do Tororó, nas lagoas de Pituaçu e do Abaeté, bem como nas praias de Salvador, onde foram coletadas 231 amostras de água e realizadas 2.463 análises na matriz água e 151 na matriz sedimento.

Além do monitoramento, o CRA vem realizando o diagnóstico do grau de contaminação da Baía de Todos os Santos por metais pesados e hidrocarbonetos de petróleo a partir da análise das suas concentrações nos sedimentos de fundo e no ecossistema associado, bem como o acompanhamento da monitorização do Sistema de Disposição Oceânica – SDO, da Empresa de Proteção Ambiental – Cetrel e Millenium. Também foi realizada a auditoria dos relatórios de Avaliação das Águas Subterrâneas, subjacentes ao Pólo Petroquímico de Camaçari e Aquífero da Formação São Sebastião, e auditoria dos relatórios e da rede de monitorização do ar, na área de influência do Complexo Petroquímico de Camaçari – Copec.

Fortalecimento Institucional

O fortalecimento institucional dos órgãos de meio ambiente é um esforço empreendido



A Lagoa do Abaeté também foi contemplada pelo Programa de Avaliação de Qualidade Ambiental, executado pelo CRA

pelo governo a fim de consolidar modelos de excelência no atendimento aos empreendedores que investem na Bahia. Nesse campo, cabe destacar a certificação internacional, com base na Norma ISO 9001, versão 2000, conferida ao Centro de Recursos Ambientais – CRA, através do *Bureau Veritas Quality International*, no processo de atendimento ao público e guarda da documentação técnica.

O Núcleo de Estudos Avançados do Meio Ambiente – Neama, vem se destacando no cenário nacional como um espaço do pensamento e capacitação técnico-científica na área ambiental, tendo proporcionado quatro cursos de extensão para técnicos de órgãos públicos e privados. Em parceria com as universidades, deu continuidade, no mesmo período, a dois mestrados profissionalizantes: Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Mestrado em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo.

A linha editorial para publicação de livros, revistas e vídeos sobre temas ambientais teve continuidade com a publicação do volume 14 dos Cadernos de Referência Ambiental, Material Particulado, da série Construindo os Recursos do Amanhã, volume 1, Cidadania e Meio Ambiente, e volume 2, Inovações Tecnológicas em Meio Ambiente, e da série Áreas de Proteção Ambiental – APAs, volume 4, Chapada, Recôncavo e Sertão e da Série Conhecendo os Regulamentos Ambientais, volume 1, Licenciamento Ambiental.

Dentre os eventos técnico-científicos destaca-se o Programa Quintas Ambientais, que realizou nove palestras envolvendo 95 instituições, com 1.445 participantes. Foram realizados também 42 eventos contando com a participação de 1.520 pessoas. O Neama conta, ainda, com uma biblioteca especializada em meio ambiente, que possui um acervo de 7.438 exemplares entre volumes e títulos.



O governo está em fase de elaboração do mapa ambiental do Estado, que vai servir de base para o desenvolvimento de políticas ambientais

Universidade Estadual de Feira de Santana – Uefs, e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb.

O Governo do Estado, através do CRA, está elaborando dois projetos especiais: o Mapa Ambiental do Estado da Bahia, que objetiva a criação do Sistema de Informação Georreferenciada – SIG, para apresentar a composição e a dinâmica dos fatores que interferem na paisagem; e o Sistema Estadual de Informações Ambientais – Seia, lançado neste exercício e disponível na Internet (www.seia.ba.gov.br), já tendo sido acessado por mais de 50 países e 80.000 visitantes.

Bases Biorregionais

As Bases Biorregionais são centros de pesquisa que apóiam projetos executados por pesquisadores/professores de universidades estaduais, voltados para o reconhecimento dos principais biomas do Estado: Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica.

Além das pesquisas apoiadas pelo CRA, encontra-se em fase de elaboração a proposta para o Banco de Dados do Atlas Ecológico do Estado da Bahia, através do convênio com a Universidade Estadual da Bahia – Uneb, a Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc, a

Entre as estratégias voltadas para o fortalecimento da gestão ambiental, cabe destacar os projetos conveniados com o Ministério do Meio Ambiente (PNMA II): o Projeto Gerenciamento Costeiro – Gerco, que realizou o diagnóstico socioambiental e oceanográfico do Litoral Norte do Estado da Bahia, o diagnóstico socioambiental do município do Conde; e o Projeto Nascente do Paraguaçu, que envolve 16 municípios situados no Alto Paraguaçu: Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Iraquara, Ibicoara, Lajedinho, Lençóis, Morro do Chapéu, Mucugê, Palmeiras, Piatã, Seabra, Nova Redenção, Utinga e Wagner.